

BARCELOS, CRISTÓVÃO

*militar; rev. 1930; const. 1934; ch. EME 1944-1946.

Cristóvão de Castro Barcelos nasceu em Campos (RJ) no dia 25 de julho de 1883, filho de João Gomes Sobral Barcelos e de Teresa de Castro Barcelos.

Estudou no Liceu de Humanidades de Campos e, em 1901, assentou praça, ingressando depois na Escola Militar do Brasil, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Declarado aspirante a oficial em 1909, em 1911 foi promovido a segundo-tenente e, em outubro de 1917, a primeiro-tenente. Em janeiro de 1918 seguiu para a França, integrando a comissão brasileira de estudos, operações de guerra e aquisição de material. Em plena Primeira Guerra Mundial, acompanhou operações dos Aliados e permaneceu na França até junho de 1919, tendo realizado estudos na Escola de Saint-Cyr. Em janeiro de 1919, ainda na França, foi promovido a capitão por atos de bravura praticados durante a guerra.

De volta ao Brasil, ingressou em março de 1922 na Escola de Estado-Maior do Exército, no Rio, cujo curso concluiu em janeiro de 1925. Entre fevereiro de 1927 e fevereiro de 1930 chefiou a 3ª Circunscrição de Recrutamento, sediada em Vitória. Promovido a major em novembro de 1928, chegou à patente de tenente-coronel em fevereiro de 1930. Nesse mesmo mês, durante a campanha eleitoral para a sucessão do presidente Washington Luís, chefiou a caravana oposicionista da Aliança Liberal que percorreu cidades dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Em Vitória, reagiu a tiros ao ataque movido por forças policiais contra os oposicionistas, que realizavam um grande comício e endereçavam duras críticas ao governo federal. Em outubro, participou da revolução que depôs Washington Luís, chefiando tropas em operação na região situada entre as cidades mineiras de Além-Paraíba e Carangola.

Logo após a tomada do poder pelos revolucionários, vários grupos começaram a se reunir em segredo, procurando chegar a uma forma de organização que pudesse manter e defender os princípios da revolução. Cristóvão Barcelos frequentou reuniões de um desses grupos, embriões do futuro Clube 3 de Outubro, no bairro carioca da Gávea. A elas compareciam também Virgílio de Melo Franco, Juraci Magalhães, Herculino Cascardo, João Alberto Lins de Barros e outros.

Promovido a coronel em abril de 1931, assumiu em junho desse ano o comando da Escola de Estado-Maior do Exército. Em julho de 1932, com a eclosão da Revolução Constitucionalista de São Paulo, combateu os paulistas à frente do Destacamento Coronel Barcelos, envolvido em choques na região da serra da Mantiqueira (MG). Em setembro, foi promovido a general de brigada.

Após a derrota dos constitucionalistas em outubro de 1932 e a posterior convocação de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, o general Barcelos participou, em dezembro do mesmo ano, da fundação do Partido Socialista Fluminense (PSF). Dois meses depois, desligou-se do PSF e engajou-se na tentativa de unificar partidariamente os antigos adeptos da candidatura de Nilo Peçanha, adversário de Artur Bernardes nas eleições presidenciais de 1922. Entretanto, frustraram-se os esforços de unificação dos nilistas, resultando daí a criação de dois partidos: a União Progressista Fluminense (UPF), liderada por Cristóvão Barcelos e José Eduardo Prado Kelly, e o Partido Popular Radical (PPR),

chefiado por Raul Fernandes e José Eduardo de Macedo Soares. Membro da primeira comissão diretora da UPF, Cristóvão Barcelos foi um dos quatro deputados eleitos na legenda, em maio de 1933, para Assembleia Nacional Constituinte.

NA CONSTITUINTE

Logo após a instalação da Assembleia, em novembro de 1933, Cristóvão Barcelos foi um dos protagonistas da disputa que se travou pela presidência da mesa diretora. A direção da Constituinte tinha particular importância política, já que um dos encargos de seus membros seria a eleição do presidente da República.

O chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, tentando articular sua permanência no poder, procurava consolidar aliança com setores das oligarquias regionais. Nesse sentido, apoiou a indicação de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, deputado pelo Partido Progressista de Minas Gerais e ex-presidente de seu estado, para a presidência da Assembleia. Outras candidaturas se apresentaram, inclusive a de Cristóvão Barcelos, que teria, segundo os informes do líder político mineiro Virgílio de Melo Franco e de Getúlio Vargas, o apoio de deputados classistas e de representantes das oposições do Distrito Federal, Bahia e São Paulo. Circulavam também no palácio Tiradentes, onde se reuniam os constituintes, rumores de que o capitão-tenente Ari Parreiras, interventor no Distrito Federal, e o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, pretendente à sucessão de Vargas, viam com simpatia a candidatura do general Barcelos.

Entretanto, nas eleições para a presidência da mesa realizadas no dia 13 de novembro, Cristóvão Barcelos recebeu apenas um voto contra os 138 que elegeram Antônio Carlos. Foi, contudo, escolhido segundo-vice-presidente da Assembleia.

Na sessão de 7 de dezembro, propôs a transferência da capital do país para o ponto mais central do território brasileiro, argumentando que sua experiência na Primeira Guerra Mundial, quando Paris e Londres foram especialmente visadas, ensinava que a sede do governo federal deveria situar-se em um local mais protegido do ponto de vista militar. A proposta, contudo, não foi aceita.

Em janeiro de 1934, foi um dos constituintes que se opuseram à proposta do líder da maioria, Antônio Medeiros Neto, no sentido de inverter a ordem dos trabalhos da Assembleia, o que implicaria que a eleição do presidente da República fosse realizada antes que se promulgasse a nova Constituição. Contrário à medida, o general Barcelos participou de uma reunião no gabinete do general Góis Monteiro, à qual também compareceram Virgílio de Melo Franco, João Alberto e Valdemar Mota. Nesse encontro, ficou concertada a aceitação da Fórmula Simões Lopes, sugerida pelo deputado Augusto Simões Lopes, segundo a qual a eleição presidencial seria precedida da votação, em primeiro turno, do projeto da Constituição.

No mês de março, quando se discutiu na Assembleia a possibilidade de prorrogação dos mandatos dos constituintes, que desse modo executariam funções para as quais não haviam sido eleitos, o general Barcelos assumiu posição decididamente contrária à medida. Na semana seguinte, em reunião com os líderes de bancadas, pronunciou-se sobre a concessão do direito de voto aos sargentos, questão que dividia as oposições dentro do próprio Exército. Argumentando que se produziriam efeitos nefastos para a disciplina militar,

solicitou que fosse encontrada uma forma de recuar, anulando a decisão já tomada. Sua proposta foi debatida, mas acabou recusada pela maioria dos líderes.

Em junho, já perto do final dos trabalhos constituintes, o general Barcelos votou, juntamente com Nilo Alvarenga e Asdrúbal Gwyer de Azevedo, a favor de que a Assembleia atribuísse ao presidente da República, até a promulgação da nova Constituição, os poderes discricionários conferidos em 1930 ao cargo de presidente, atribuindo-lhe funções próprias dos poderes Executivo e Legislativo.

Com Prado Kelly, Nilo Alvarenga e Abelardo Marinho, Cristóvão Barcelos assinou as emendas nº 897, criando o Conselho Federal, responsável pelo planejamento quinquenal da produção do país, e nº 899, garantindo o direito à educação para todos os brasileiros. Integrou ainda a comissão nomeada pelo presidente da Assembleia para apresentar a Getúlio Vargas congratulações pela decretação da anistia para os acusados de crimes políticos.

A SUCESSÃO FLUMINENSE DE 1935

Encerrados os trabalhos da Constituinte em julho de 1934, com a promulgação da nova Constituição e a eleição de Vargas para a presidência da República, entrou em fase decisiva o processo de reconstitucionalização nos estados. Em outubro, realizaram-se eleições para a Câmara dos Deputados e para as assembleias constituintes estaduais, encarregadas também de eleger governadores e senadores. No estado do Rio, a UPF elegeu 19 deputados, enquanto a coligação do PSF com o PPR conseguiu fazer 23 representantes.

Dois fatores, porém, tornavam especialmente complexa a conjuntura política fluminense. Em primeiro lugar, também no estado do Rio se registrava uma característica do processo de reconstitucionalização nas demais unidades da Federação: o governo federal, através dos interventores, não lograra organizar-se politicamente de forma autônoma, permanecendo ligado a alianças com os tradicionais setores oligárquicos. Dessa maneira, o interventor Ari Parreiras não conseguia dirigir sua própria sucessão, disputada pelo general Barcelos, candidato da UPF e apoiado pelo Partido Evolucionista do Distrito Federal e um deputado dissidente do PSF, e pelo almirante Protógenes Guimarães, ministro da Marinha e candidato da Coligação Radical Socialista.

O segundo fator a tornar mais complexa a conjuntura política fluminense era a interferência do governo federal e de alguns governos estaduais na sucessão. Mal haviam terminado os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, já iam avançadas as articulações entre forças empenhadas nas eleições diretas para a presidência da República, previstas para os primeiros meses de 1938. O governo do estado do Rio assumia assim grande importância, atraindo a atenção de diversos grupos relevantes no plano nacional. Os governos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais apoiavam Cristóvão Barcelos, enquanto os governos federal e de São Paulo eram favoráveis a Protógenes Guimarães.

Após tentar em vão um acordo entre os partidos adversários, o interventor, sentindo fugir-lhe ao controle o processo eleitoral, apresentou ao presidente Vargas, em janeiro de 1935, sua renúncia ao cargo, no que não foi atendido. Agravaram-se, a partir de então, as suspeitas de que o governo federal estaria preparando a substituição do interventor por algum elemento ligado ao seu esquema político. Em telegrama datado de março de 1935, o

general Barcelos denunciava a José Antônio Flores da Cunha, interventor no Rio Grande do Sul, as supostas manobras do presidente.

De acordo com um relatório apresentado em setembro a Getúlio Vargas pelo ministro da Justiça, Vicente Rao, Cristóvão Barcelos teria sido instado por Benedito Valadares, interventor federal em Minas Gerais e seu amigo particular, a procurar uma solução conciliatória com os demais partidos fluminenses. Insistira porém em manter sua candidatura ao governo estadual, declarando, além disso, que “chegaria até à inimizade pessoal com o presidente, não hesitando em levantar a rebelião no estado e a morrer na luta”.

Em 25 de setembro de 1935 realizaram-se as eleições, marcadas por atos de violência que chegaram a provocar ferimentos à bala em um deputado do PSF e no próprio general Barcelos. O almirante Protógenes Guimarães venceu o pleito, mas a UPF entrou com recurso, alegando as precárias condições de segurança em que este fora realizado, e conseguiu que a Justiça Eleitoral anulasse o resultado e convocasse novas eleições.

Flores da Cunha, empenhado em obstruir o projeto continuísta de Vargas, apoiou o recurso impetrado pelo general Barcelos, acusando o presidente de pressionar os constituintes fluminenses, através do ministro da Justiça, para que votassem em Protógenes Guimarães. No dia 12 de novembro de 1935 realizaram-se novas eleições, vencidas por um voto de diferença pelo almirante Protógenes. As relações entre Vargas e Flores da Cunha deterioraram-se aceleradamente a partir dessa disputa eleitoral, e às vésperas da decretação do Estado Novo (novembro de 1937) Flores da Cunha acabaria renunciando ao governo gaúcho e partindo para o exílio.

DE VOLTA À CASERNA

De fevereiro de 1936 a março de 1937 o general Barcelos comandou a 8ª Brigada de Infantaria, e em dezembro seguinte assumiu o comando da 7ª Região Militar, sediada em Recife. Promovido a general de divisão em junho de 1938, deixou o comando da 7ª RM em agosto.

Presidente da Comissão Central de Requisições do Exército a partir de janeiro de 1939, comandou até 1942 a 4ª Região Militar e a 4ª Divisão de Infantaria, ambas em Minas Gerais. Ainda em 1942 desempenhou as funções de inspetor do 3º Grupo de Regiões Militares e, em dezembro, foi nomeado chefe da Comissão do Rio de Janeiro na Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, criada para regular a participação das forças militares dos dois países na defesa continental. Permaneceu na comissão até 1944.

De 1943 a 1945 integrou a Comissão de Promoções do Exército, e em dezembro de 1944 tornou-se chefe do Estado-Maior do Exército, cargo que continuou a ocupar, mesmo depois da queda de Getúlio Vargas (29/10/1945), até fevereiro de 1946.

Faleceu no Rio de Janeiro em 1946.

Foi casado com Olga de Carvalho Barcelos.

Renato Lemos

FONTES: ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; CÂM. DEP. *Deputados*; *Cronologia da*

Assembléia; Encic. Mirador.; GODINHO, V. *Constituintes; Grande encic. Delta;* LAGO, L. *Generais;* MIN. GUERRA. *Almanaque* (1944); MIN. REL. EXT. *Relatório;* NOVAIS, M. *História;* SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1933; SILVA, H. 1934; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937; SILVA, H. 1944.